

O espaço público frente ao urbanismo tático: o caso das Praias do Capibaribe

Amanda Florêncio de Macêdo (1) André Moraes de Almeida (2)

(1) Mestrado no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE; Pesquisadora do InCiTi | UFPE; Docente do curso de especialização em DAEE | Design e Arquitetura de Espaços Efêmeros do Instituto de Educação Superior da Paraíba (IESP); Docente do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UniNassau, Brasil. E-mail: amanda@vaastu.com.br

(2) Mestrando no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE; Pesquisador do InCiTi | UFPE; Docente do curso de especialização em DAEE | Design e Arquitetura de Espaços Efêmeros do Instituto de Educação Superior da Paraíba (IESP). E-mail: andre@vaastu.com.br

Resumo: Este artigo refere-se às transformações dos espaços públicos às margens do Rio Capibaribe, na cidade do Recife, na costa nordeste do Brasil, frente às intervenções efêmeras do coletivo Praias do Capibaribe, caso da comunidade de Santa Luzia. Este coletivo tem como foco integrar pessoas, espaços públicos e águas, e fomenta o debate acerca do direito à cidade, ocupando artisticamente espaços urbanos que precisam ser apropriados por seus moradores e frequentadores para que haja entre eles vínculo afetivo e se transformem em espaços vivos. As intervenções tem como objetivo difundir práticas culturais no espaço público como estratégia de ocupação e resignificação dos espaços públicos ociosos da cidade.

O objetivo deste trabalho é o de contribuir com o debate sobre espaço público, urbanismo emergente, urbanismo tático e intervenções urbanas efêmeras com o carácter de ações criativas e de autoconstrução. Além disso, o artigo trata da relevância da estratégia de ação a partir de micropolíticas que viabilizam a transformação em escala local com intervenções que atuam no processo de reestabelecimento da conexão social e urbana com os espaços públicos e a eficiência dessas ações para promover mudanças nas esferas sociais (comunidades), públicas e privadas.

Palavras-chave: Espaço Público; Urbanismo Emergente; Urbanismo Tático; Praias do Capibaribe; Micropolíticas.

Abstract: This article refers to the transformation of public spaces on the river Capibaribe, in Recife, on the northeastern coast of Brazil, in the face of ephemeral interventions of collective Praias do Capibaribe, on the community of Santa Luzia. This collective is focused on integrating people, public spaces and water, and encourages debate about the right to the city, artistically occupying urban spaces that need to be appropriate for its residents and regulars so there including bonding and turn into living spaces. Interventions aim to spread cultural practices in the public space as occupation strategy and reframing of the forgotten public spaces of the city.

The objective of this work is to contribute to the debate on public space, emerging urban planning, tactical urbanism and ephemeral urban interventions with the character of creative actions and self. Furthermore, the article deals with the relevance of the action strategy from micropolitics that enable the transformation at the local level with interventions that work in the reestablishment process of social and urban connection to public spaces and the effectiveness of these actions to promote changes in the spheres social (community), public and private.

Key-words: Public Space; Emerging Urban Planning; Tactical Urbanism ; Praias do Capibaribe ; Micropolitics .

1. INTRODUÇÃO

*“The urban is, therefore, pure form; a **place of encounter**, assembly, simultaneity. This form has no specific content, but is a center of attraction and life. It is an abstraction, associated with practice. What does the city create? Nothing. It centralizes **creation**. And yet, it creates everything. Nothing exists without exchange, without union, without proximity, that is, without relationships. The city creates a situation, where different things occur one after another and do not exist separately but according to their differences. The urban, which is indifferent to each difference it creates...itself unites them. In this sense, the city **constructs, identifies, and sets free** the essence of **social relationships**.” (Lefebvre, 1999)*

A partir dessa ideia de Lefebvre se compreende que a dimensão humana é a principal constituinte, transformável e transformante para composição dos espaços públicos. Essa dimensão, conforme citada por Gehl (2013), está esquecida a um bom tempo como cerne do planejamento urbano refletindo a atual situação das nossas cidades.

Aplica-se, atualmente, um planejamento urbano que foca em projetar intervenções em larga escala, amparados no princípio que o processo deva ser controlado de cima para baixo (*top down*¹), ou seja, as decisões adotadas por autoridades que controlam o processo e decidem o quê e como serão implementadas as ações urbanas. Assim, as cidades são erguidas a partir de espaços urbanos sem memórias, sem troca, sem união, sem proximidade, isto é, sem relacionamentos, individualistas e inadequadas aos usuários. Espaços imprevisíveis quanto à sua ocupação e transformação, pois as necessidades do indivíduo e sua relação com o ‘lugar’ não são consideradas no processo de idealização.

Diante do cenário atual, de grande aumento de ações práticas que envolvem cidadãos no desenvolvimento de melhorias para o espaço urbano, vê-se uma expansão dessas intervenções² atreladas ao termo Urbanismo Emergente e Tático em diversas esferas e contextos, vinculados a: **construção do empoderamento cidadão**.

Como exemplo disso, o artigo tem como objetivo tratar além das intervenções do coletivo Praias do Capibaribe, caso de Santa Luzia, como suporte para a fundamentação teórica e aplicação do caso, como também a contribuição com os conceitos de Espaço Público, Urbanismo Emergente e Urbanismo Tático. A partir desses pontos, é possível perceber os resultados obtidos e considerações finais.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Problematização

Os modelos vigentes de construção das cidades estão baseados em planejamentos estratégicos que são desenvolvidos por um recorte seletivo de atores envolvidos, dando origem a planejamentos e intervenções impositivas e que pouco representa os anseios da população. São normalmente ações *top-down* que configuram um cenário evolutivo da cidade em prol do interesse de quem detém o

¹ “*Top-down* – perspectiva em que a decisão política é autoritária, em um nível central.” (CARVALHO; BARBOSA; SOARES, 2010) onde “as decisões são tomadas por autoridades que têm um certo controle do processo e decidem o que e como serão implementadas as políticas.” (SABATIER, 1983 apud DE OLIVEIRA, 2006)

² Intervenção Urbana como ação sobre algo, que acarreta reações diretas ou indiretas; ato de se envolver em uma situação, para evitar ou incentivar que algo aconteça; alteração do estabelecido; interação, intermediação, interferência, incisão, contribuição.

poder. A participação³, segundo Freire (2009), responde a processos dirigidos e estritamente controlados por organizações institucionalizadas e burocratizadas se convertendo apenas numa ratificação de decisões políticas da elite.

Outro grande problema que se encontra é o longo tempo para as ações estruturadoras serem construídas; e, de acordo com Spirn (1988), numa sociedade e cultura em constante transformação, muitos dos resultados obtidos após a conclusão das intervenções não representam mais as necessidades da atualidade.

Com toda a crise da atualidade, pensar na grande escala dos projetos para alcançar transformações qualitativas na cidade tem sido cada vez mais desencorajado pelo alto valor de tais projetos, que demandam um investimento financeiro público altíssimo e acabam não alcançando os resultados esperados. Isso tudo tem estimulado “o ressurgimento de diversas iniciativas cidadãs de menor escala.” (POHL; REYES, 2011).

Na busca por melhorias de vida, cada dia mais tem sido recorrente o número de intervenções desenvolvidas pela população nos espaços públicos das cidades. Essas ações normalmente tem origem na resolução de pequenos problemas pontuais do cotidiano das pessoas que vivem na cidade, seja a partir de percepções nos seus deslocamentos, seja pelo questionamento do estilo de vida que estão levando.

Essa atitude cidadã no cenário urbano tem surgido em diversas partes do mundo e sempre associadas a uma nomenclatura diferente. É justamente pela variedade de terminologias usadas, somadas ao aumento significativo dessas ações que o artigo busca compreender esse fenômeno, os conceitos de espaço público, urbanismo emergente e urbanismo tático e confrontar estes conceitos às características da intervenção realizada na comunidade de Santa Luzia, a fim de analisar a partir de uma base teórica os impactos desta intervenção no cenário urbano.

2.2. Conceito de Espaço Público

Devido à intervenção urbana na comunidade de Santa Luzia do Coletivo das Praias do Capibaribe ter ocorrido no espaço livre público, se fez necessário a abordagem sobre o conceito de espaço público. Do latim ‘público’ deriva de *publicus*, significando aquilo que diz respeito a todos. O espaço público assume a posição de espaço por excelência da/cidade, conforme apontado por Borja (2003), pois é através dele que conhecemos a cidade a qual ele pertence. Ele defende que “(...) é a cidade no seu conjunto que merece a consideração do espaço público (...)” (BORJA, 2003), logo, este espaço é por essência espaço da sociabilização. “Portanto, o urbano é uma forma pura: o ponto de encontro, o lugar de uma reunião, a simultaneidade. Essa forma não tem nenhum conteúdo específico, mas tudo a ela vem e nela vive.” (LEFEBVRE, 1999).

Conforme definição de Lynch (1991a), são considerados espaços abertos públicosurbanos todos os espaços urbanos abertos à livre escolha e às ações espontâneas dos indivíduos. São espaços dotados de acessibilidade pública e designados, construídos ou apropriados para atividades funcionais, sociais ou de lazer.

Serpa (2007) defende o espaço público contemporâneo como “espaço da ação política ou, ao menos, da possibilidade da ação política” (Serpa,2007, p.09). O geógrafo acrescenta dois pontos a sua descrição, público é também “espaço simbólico, da reprodução de diferentes ideais de cultura, da

³ “(...) participação significa ‘fazer parte’, ‘tomar parte’, ‘ser parte’ de um ato ou processo, de uma atividade pública, de ações coletivas. Referir ‘a parte’ implica pensar o todo, a sociedade, o Estado, a relação das partes entre si e destas com o todo e, como este não é homogêneo, diferenciam-se os interesses, aspirações, valores e recursos de poder.” (TEIXEIRA, 2002)

intersubjetividade que relaciona sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais e cotidianos” (Serpa, 2007, p.09).

O espaço público tratado neste artigo destaca as ações que acontecem nos espaços definidos por Carneiro e Mesquita (2000) como espaços livres públicos potenciais, que “abrançam aquelas áreas com possibilidades de uso futuro para a recreação ou momentaneamente dispondo de instalações de recreação em caráter incipiente, que servem como indicadores da necessidade de criação de espaços públicos, e contribuem para evitar invasão. São espaços livres disponíveis na malha urbana que não são mantidos pelo poder público e poderão ser utilizados para implementar e dar coerência à distribuição dos sistemas de espaços livres, sendo que, em alguns casos, apesar do uso informal estabelecido, não tem quaisquer instalações.”

2.3. Urbanismo Emergente: do ativismo cidadão às intervenções urbanas

O ponto de partida é a compreensão da cidade como:

“[...] a tentativa mais coerente e, em termos gerais mais bem sucedida de refazer o mundo em que vive, e de fazê-lo de acordo com seus mais profundos desejos. Porém, se a cidade é o mundo criado pelo homem, segue-se que também é o mundo em que ele está condenado a viver. Assim, indiretamente e sem nenhuma consciência bem definida da natureza de sua tarefa, ao criar a cidade o recriou a si mesmo.” (PARK 1977, apud HARVEY 2014)

Ao observar a história das cidades ficam visíveis os ciclos de transformações que se sucedem a cada novo paradigma que se busca romper. No momento atual “a prática urbanística tecnocrática está desacreditada, sua dimensão pública ficou marcada pelo predomínio da especulação imobiliária e o objetivo do bem comum foi contaminado pelas exigências do mercantilismo” (MONTANER; MUXÍ, 2014) onde “a imagem oficial da cidade tende a concentrar-se sobre as consequências do planejamento e parte tangível que representam a arquitetura e infraestrutura ‘dura’” (FREIRE, 2009). Nesse contexto Freire (2009) destaca o poder que os processos emergentes ‘não oficiais’ ou ‘não planejados’ tem de contribuir para o planejamento.

Uma vez que as ações do Coletivo Praias do Capibaribe são de caráter local, não sendo parte de um planejamento geral político e público, para este artigo é importante definir o termo emergente. Expressão muitas vezes associada à urgência por sua aproximação com a palavra emergência, mas que tem como significado o verbo emergir, o surgir, o nascer, ou o que antecede ao nascimento, e segundo Steven Johnson (2001) são sistemas complexos adaptativos que surgem através do comportamento sempre vinculados a processos *bottom-up*, partindo de uma escala e produzindo comportamentos em outra escala acima. Johnson ainda descreve os processos de adaptação dos sistemas de auto-organização das formigas, dos cérebros e das cidades de maneira similar, ressaltando a cidade como um organismo vivo.

Esse organismo vivo tem atraído cada vez mais adeptos para sua construção de forma mais ativa. Essa participação cidadã é o que diferencia, segundo Pohl e Reyes (2011), um urbanismo emergente do planejamento urbano tradicional. O urbanismo emergente se baseia nos “processos de organização social e urbana que surgem sem mediação ou ‘provocação’” (FREIRE, 2009). Essa forma espontânea de emergir buscam gerar cumplicidade entre as pessoas estando alinhado a conceitos como transparência, colaboração, processos e informações *open source*, transformando assim o modo de projetar, construir e viver a cidade, como expresso por Pohl e Reyes (2011): “agora, podemos aspirar a um urbanismo que surja de baixo e que consiga que cada um de nós nos sintamos parte dele”.

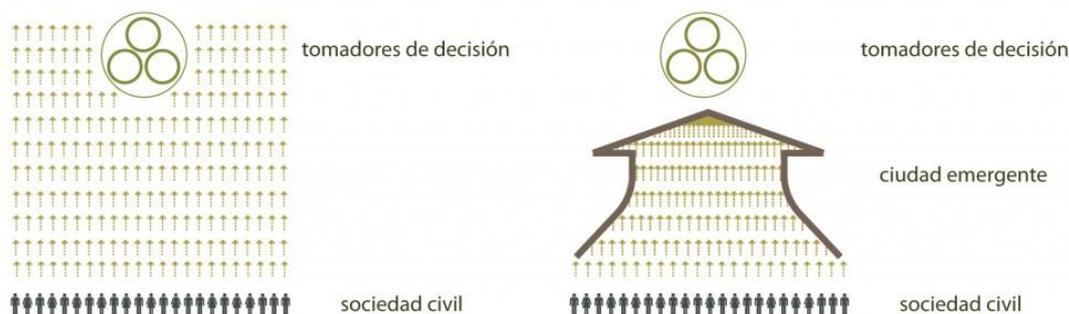


FIGURA 1 – Diagrama que diferencia a forma de participação da sociedade civil na tomada de decisão na cidade tradicional e na cidade emergente. Fonte: <http://www.ciudademergente.org/> (acessado em agosto 2015).

O urbanismo emergente se identifica com a participação espontânea, ao criar novos caminhos para se fazer cidade; e com a participação conquistada, entrando nas estruturas tradicionais de planejamento e visando, segundo Benner (2013), quebrar a hierarquia de poder que historicamente atormenta o processo de planejamento.

O grande desafio, segundo Montaner e Muxí (2014), é como esse urbanismo baseado na auto-organização, no funcionamento bottom-up e na justiça enfrentará os desafios sociais e ambientais de forma a garantir a participação efetiva evoluindo “em direção a igualdade e ao reconhecimento da diversidade, a uma sustentabilidade entendida a partir da vertente social.”

Foi através da participação social na luta pela construção de melhores cidades que o ativismo cidadão surpreendeu na exposição *Spontaneous Interventions* que representou o Pavilhão Norte americano na Bienal de Veneza de 2012. A tradição das exposições que apresentavam um elevado suporte tecnológico deu lugar a 124 projetos expostos que tinham como característica principal intervenções de pequena escala que proporcionavam soluções de problemas cotidianos ampliando o bem-estar diário nas cidades americanas.

Dentre esses projetos estava a publicação *Tactical Urbanism*, de Mike Lydon, que compilou 24 casos de intervenções urbanas táticas e se destacou: (1) pelo olhar localizado das intervenções; (2) pelo formato manual/cartilha para estimular as pessoas a olharem e cuidarem das cidades com micro ações; e (3) pela forma *open source* de distribuição através de download gratuito na internet, numa época em que o espírito comercial era vigente em todo o mundo.

A partir do sucesso da *Spontaneous Interventions* na Bienal, a exposição circulou por diversos espaços nos Estados Unidos, estimulando, cada vez mais, o surgimento de uma postura mais proativa dos cidadãos na resolução de problemas urbanos, reconhecendo assim a redefinição do papel dos cidadãos através da prática da ocupação.

2.4. Urbanismo Tático: dos conceitos

Urbanismo Tático (UT), termo registrado pela primeira vez em 1996 para designar, segundo Lydon (2011) e Steffens e Vergara (2013) “**um protótipo⁴ de curto prazo que pode dotar de informações**

⁴ Protótipo é um modelo físico ainda em fase de teste. No caso desta pesquisa é um modelo de teste construído em tamanho real, inserido no contexto real para análise da solução. É uma forma de representação de um produto que se aproxima muito mais da realidade que desenhos e modelos digitais tridimensionais.

para o planejamento de longo prazo”, sendo “construída a partir de grupos de **pessoas empoderadas**, ou seja, urbanismo cidadão” de forma a reconhecer “o valor das ações informais no espaço público e incorporar na forma de políticas públicas urbanas inclusivas de longo prazo”. Assume-se, assim, o papel de uma nova metodologia de construção de cidade tendo a sociedade civil como o principal ator, transformando o processo de tomada de decisões – deixando de ser apenas uma decisão *top-down* (em função dos interesses dos detentores do poder local, geralmente o Estado e a iniciativa privada) para aproximar aos anseios da população.

Geralmente associada a performances da sociedade (individuais ou organizadas), o Urbanismo Tático, também, pode ser uma iniciativa “de departamentos municipais, governo, desenvolvedores e/ou organizações sem fins lucrativos para testar ideias ou promover mudanças a curto prazo” (LYDON; GARCIA, 2015).

Essa **abordagem** centrada no cidadão para a **construção do bairro**, caracterizada por **intervenções de curto prazo e de baixo custo** destinadas a **catalisar a mudança a longo prazo** (LYDON, 2014), traz consigo alguns padrões comuns. As características que definem o Urbanismo Tático podem ser percebidas na intervenção realizada na comunidade de Santa Luzia, com o coletivo das Praias do Capibaribe, que serão abordadas no tópico a seguir. Entretanto, podem ser observados na intervenção realizada em Santa Luzia os pontos da apresentação do CityWorks (2012), Mike Lydon⁵. Este explanou sobre cinco padrões/características que agrupadas definem o Urbanismo Tático, e o diferencia de outros conceitos similares, são esses:

(1) **Visão**: uma abordagem iterativa⁶ e intencionada para instigar mudanças a longo prazo; (2) **Contexto**: a oferta de soluções locais para os desafios do planejamento local, aproximando o resultado às necessidades e anseios da população; (3) **Agilidade**: compromisso de curto prazo e expectativas realistas; (4) **Valor**: assumir pequenos riscos com possibilidade de recompensas maiores; (5) **Comunidade**: desenvolvimento de capital social; construção de capacidade organizacional e fortalecimento da identidade local.

Somando a eles são acrescentadas mais duas características/categorias recorrentes nos discursos sobre urbanismo tático:

(6) **Procedimento**: a cidade como um laboratório de experimentação, como o próprio Lydon (2011) caracteriza as intervenções do urbanismo tático; E (7) **Legalidade**: o grau de formalização/autorização das ações que variam de: intervenções não sancionadas que é, segundo Tyrväinen (2015), “uma forma de intervenção (‘tática’), que não é legalizada, aprovada pela autoridade, com o objetivo de alterar ou acrescentar algo no ambiente urbano”, podendo “ser percebido como uma contrapartida para a forma estabelecida de planejar, desenvolver e organizar a cidade.”; intervenções sancionadas, quando as intervenções temporárias são aprovadas por uma autoridade, instituição ou quando este desempenha parte da intervenção, se utilizando da ação como ferramenta para o planejamento urbano; e intervenções semi-sancionadas, que é usado para descrever o que está entre as formas não sancionadas e sancionadas, representando ações que não são tão radicais quanto as não sancionadas, mas que são reconhecidas pela autoridade e por isso, em alguns casos, é autorizado, nem que seja subjetivamente.

⁵ Mike Lydon é sócio fundador da empresa *The Street Plans Collaborative* e responsável pelo surgimento da discussão sobre termo *Tactical Urbanism* com seus dois primeiros livros de mesmo nome ganhando destaque na Bienal de Veneza de 2012 por integrar a surpreendente exposição *Spontaneous Interventions* do Pavilhão Norte Americano.

⁶ Iterativo é o processo que se repete diversas vezes para se chegar a um resultado e a cada vez gera um resultado parcial que será usado na vez seguinte.

A defesa de que a cidade deve ser construída através de um processo colaborativo, expressa na frase “As cidades tem a capacidade de proporcionar algo para todos somente porque e somente quando, são criadas por todos.” (JACOBS, 1961), é onde se baseia o **Urbanismo Tático**, “ao acreditar que a inclusão da cidadania na criação do espaço urbano é essencial para enfrentar os complexos desafios da nova era urbana” (STEFFENS; VERGARA, 2013).

Esta abordagem, diferente dos processos burocráticos do planejamento urbano, permite a uma série de atores locais experimentarem novas táticas e novos conceitos buscando melhorias em pequena escala antes de assumir grandes compromissos políticos ou financeiros. Alguns se referem a essas ações como “urbanismo de guerrilha”, “protótipos ágeis”, “urbanismo pop-up”, “reparação da cidade”, “urbanismo DIY”, “Handmade Urbanism”, “Urbanismo Emergente” ou puramente táticas urbanas.

Assim, Urbanismo Tático é uma estratégia de intervenção no espaço urbano com elevado potencial de participação da população em todas as etapas do processo. O grande destaque é a possibilidade de experimentação das intervenções que são construídas de forma leve, rápida e com baixo custo, e depois de implantadas são analisados os resultados decorrentes da apropriação pela população local para assim tornarem-se intervenções permanentes.

3. PRAIAS DO CAPIBARIBE: O caso de Santa Luzia

O Praias do Capibaribe surge como fruto do desejo de um grupo de cidadãos em voltar a nadar no rio Capibaribe, um dos principais rios do estado de Pernambuco, com extensão de 250 km, destes 15 dentro do município do Recife. Iniciado em 2011, com a criação de uma praia fluvial⁷ no quintal do Museu Murillo La Greca, nas margens deste rio para o lançamento do projeto audiovisual *Eu quero nadar no Capibaribe, e você?*, aprovado no Fundo de Cultura do Estado (Funcultura), onde foram produzidos curtas metragens sobre alguns personagens reais e suas vivências com o rio.

Pelo papel estruturador do rio na evolução urbana do Recife e o atual descaso dos diversos setores da sociedade com o cartão postal da chamada *Veneza Brasileira*⁸ o desejo de voltar a juntar as pessoas, os espaços públicos e as águas que estruturam a cidade originou o processo de ocupação efêmera mensal dos espaços livres públicos potenciais às margens do Rio Capibaribe.

O coletivo Praias do Capibaribe adota o Urbanismo Tático como principal forma de atuação, através do estímulo e potencialização das intervenções culturais promovidas conjuntamente com a população local em espaços nas margens do rio. Dessa forma o projeto vem despertando para a importância da transformação do olhar sobre a cidade, incorporando reflexões através das práticas colaborativas em todo processo e almejando incluir cada vez mais um urbanismo cidadão, onde a população sinta-se parte essencial na construção das cidades e que os planejamentos não visem apenas as macroescalas urbanas e metropolitanas mas que considerem as características locais que compõem subjetivamente o *genius loci*.

Em junho de 2014 o coletivo já havia desenvolvido 21 intervenções, intituladas de “praias”, em diversos pontos do Recife (Museu Murillo La Greca, Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento Pernambuco, no cais José Estelita, junto ao movimento Ocupe Estelita, Aurora Eco Fashion, Fundação Joaquim Nabuco, comunidade do Coque, bairro das Graças) com atividades que possibilitaram integração de momentos de reflexão (com palestras, debates), de ação (com *workshops* e residências artísticas) e que culminem em momentos festivos (com apresentações culturais, exposições, piqueniques e confraternizações). Naquele mesmo mês, já se identificando como coletivo, o Praias do Capibaribe ampliou o olhar na busca por trocar experiências sobre tecnologia social de

⁷ Inspiradas no modelo tradicional de praia oceânica.

⁸ Apelido carinhoso como o Recife é conhecido pela relação muito direta da cidade com as águas.

apropriação de espaço público e, após seleção no edital ArtePraia, da Casa da Ribeira, deixou pela primeira vez o Recife para aplicar a metodologia desenvolvida nesses anos de práticas e estudos no Rio Potengi, em Natal-RN. Nessa ação, intitulada Projeto Rizoma foi possível lançar um dos elementos mais marcantes das Praias: o Show de Bolha, que consiste numa bolha inflável onde a pessoa pode, através dela, ter a sensação de entrar nas águas, que se encontram poluídas, e experimentar a sensação de olhar e viver a cidade a partir do elemento que impulsionou a evolução da maioria das cidades brasileiras: os rios. Um simples artefato que ao ser inserido no contexto carrega muita simbologia, expressando ao mesmo tempo (1) a possibilidade de vivenciar a cidade por um outro olhar e (2) criticando o fato de vivermos em bolhas, ou seja, de forma egoísta, separados em grupos cada vez menores, evitando as relações e trocas.

Esse deslocamento para outro território permitiu ao coletivo perceber a importância, não apenas local do trabalho que vem sendo desenvolvido, mas como solução para diversas cidades mundiais que tem seus rios urbanos passando por processos de degradação pelas urbanizações impostas que privilegiam recortes da população e/ou a macro escala no planejamento das cidades em detrimento das relações constituintes da escala local.

3.1. O caso da ocupação da Vila de Santa Luzia, Recife (PE)

O despertar para o enfrentamento de um problema não apenas local revelou no coletivo uma necessidade pela pesquisa de outros grupos, coletivos e ações com propósitos parecidos para aprimorar a metodologia utilizada. E com esse espírito o projeto A Cidade Precisa de Praias foi aprovado no edital do Programa Rede Nacional Funarte Artes Visuais 11ª Edição, onde foi possível fazer um intercâmbio entre os coletivos Praias do Capibaribe, do Recife, e A Cidade Precisa de Você⁹, de São Paulo, tendo como foco a troca de tecnologia social de apropriação de espaços públicos. Nesse projeto os coletivos se juntaram por duas semanas em atividades que visavam ampliar o vocabulário de táticas de apropriação dos espaços públicos através da participação local em todo processo. Como prática foi desenvolvido um processo de pesquisa e ampliação de redes de coletivos que trabalham com os mesmos elementos de atuação, em São Paulo, e uma imersão na comunidade de Santa Luzia, localizada no bairro da Torre, em Recife-PE, às margens do Rio Capibaribe.

O processo de Santa Luzia começou com descoberta da área através de moradores locais que apresentaram espaços livres públicos potenciais para o convívio social e que estavam subutilizadas pela falta de reconhecimento enquanto lugar de encontro da sociedade. Estabelecido as atividades da população com os coletivos foram iniciados os trabalhos com ações simples de limpeza e criação de mobiliários para crianças brincarem. A confiança estabelecida e a colaboração de todos no processo possibilitou aumentar a complexidade da intervenção: como a produção de um pier que possibilitou o acesso a água e o lançamento da bolha; oficinas de bioconstrução; montar a cozinha da equipe; horta comunitária; criação de áreas de convivência; de brincadeiras como a construção de um toboágua; instalação de piscinas e brinquedos infláveis; apresentações culturais e uma rádio-praia.

⁹ Coletivo formado por alguns integrantes (moradores e frequentadores do Largo da Batata, em Pinheiros) do movimento A Batata Precisa de Você, formado em 2014, que tem como foco transformar o Largo em um espaço de estar e não só de passagem.



FIGURA 2 – Praias do Capibaribe – Intervenção em Santa Luzia (Maio, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse artigo foi possível compreender, através das práticas do Urbanismo Tático, como o processo de produção de espaço público pode garantir sua função social alcançando maiores índices de cuidado, apropriação e uso pela população. Com a intervenção em Santa Luzia, foi possível perceber a participação dos moradores frente a decisão de como se daria a intervenção e construção do espaço público da comunidade.

As ações desenvolvidas tanto na esfera institucional (coletivo Praias do Capibaribe) quanto na esfera local (comunidade de Santa Luzia) visaram à construção do lugar e a partir dos conceitos de Urbanismo Emergente e Tático foi possível guiar a capacidade organizacional cidadã para participação ativa na resolução dos problemas da comunidade.

Como a proposição citada por Rosi Braidotti no livro *Arquitetura e Política*: “é preciso defender uma política afirmativa e capacitadora, que, perante destruição, a especulação, o domínio e a negatividade, proponha um acúmulo de práticas **micropolíticas** de ativismo cotidiano e de projetos para criar mundos alternativos.” (MONTANER; MUXÍ, 2014). Diante desse resultado, é possível perceber que além da esfera global e geral do planejamento da cidade é preciso estratégias e táticas de ação para alimentar e transformar pequenos espaços urbanos, pois dessa forma, a participação fica efetiva e direta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENNER, S. M. *Tactical urbanism: from civil disobedience to civic improvement*. [s.l.] The University of Texas at Austin, 2013.

BORJA, Jordi y MUXÍ, Zaida. (2003): *El espacio público: ciudad y ciudadanía*. Barcelona: Diputació de Barcelona.

Capilaridad | Acciones en busca de los nutrientes ciudadanos. « *La Ciudad Viva*. », [s.d.]. Disponível em: <<http://www.laciudadviva.org/blogs/?p=14044>>. Acesso em: 25 fev. 2015

CARNEIRO, A. R. S.; MESQUITA, L. B. *Espaços livres do Recife. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/ Universidade Federal de Pernambuco, 2000.*

FREIRE, J. *Urbanismo emergente: ciudad, tecnologia e innovacin social* (2009). Disponível em: <<http://nomada.blogs.com/jfreire/2010/03/urbanismo-emergente-ciudad-tecnologa-e-innovacin-social.html>>. Acesso em: 22 Ago. 2015.

GEHL, J. *Cidade Para as Pessoas*. São Paulo. Perspectiva. 2013

HARVEY, D. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. 2014 ed. Brasil: Martins Fontes selo Martins, 2014.

JACOBS, J. *Morte e Vida nas Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JOHNSON, S. *Emergence: the connected lives of ants, brains, cities and software*. New York: Scribner, 2001.

LEFEBVRE, Henry. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.

_____. *A Revolução Urbana*. Editora UFMG, 1999. 3ªed. 2008.

LYDON, M. (2011) *Tactical Urbanism 1: Short-term Action for Long-term Change*. [s.l: s.n.]. v. 1

_____. (2012) *Tactical Urbanism 2: Short-term Action for Long-term Change*. [s.l: s.n.]. v. 2

_____. (2014) *Tactical Urbanism 4: Australia & New Zealand*. [s.l: s.n.]. v. 4

LYDON, M.; GARCIA, A. *Tactical Urbanism: Short-term action for long-term change*. Washington: Islandpress, 2015.

MONTANER, Josep.; MUXÍ, Zaida. *Arquitectura e política: ensaios para mundos alternativos*. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

_____. *Arquitectura y política: ensayos para mundos alternativos*. Barcelona: Gustavo Gili, 2011.

POHL, E. B.; REYES, C. (2011): *Urbanismo Emergente o "Tactical Urbanism*. La Ciudad Viva [online] posto online no dia 29 de março de 2011, consultado em 14 agosto 2014. URL: <http://www.laciudadviva.org/blogs/?p=9651>

STEFFENS, K; VERGARA, J. (2013) *Urbanismo Táctico 3: Casos Latinoamericanos*. [s.l: s.n.]. v. 3

TYRVÄINEN, K. *Stockholm Temporary: Relevancy & Potentials for Implementing Temporary Architecture in Stockholm*. [s.l.] Swedish University of Agricultural Sciences, 2015.